

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD**

DFD nº 06/2026

Órgão: Consórcio AMESP

Setor Requisitante: Diretoria Executiva

Responsável pela Demanda: Moacir Franco

---

**1. OBJETO**

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CALÇAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS QUE O COMPÕEM, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

---

**2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DA SOLUÇÃO PRETENDIDA**

2.1. A presente justificativa tem por finalidade fundamentar, sob os aspectos técnico, operacional e jurídico, a adoção do procedimento licitatório na modalidade Pregão, sob o Sistema de Registro de Preços – SRP, para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de calçamentos e todos os serviços correlatos que o compõem, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados, normas técnicas aplicáveis e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

A contratação pretendida mostra-se necessária para atender às demandas dos entes consorciados ao Consórcio AMESP, especialmente no que se refere à execução de obras e serviços de engenharia destinados à pavimentação, manutenção, recuperação e melhoria da infraestrutura urbana e viária, promovendo melhores condições de mobilidade, acessibilidade, segurança e qualidade de vida à população.

Sob o aspecto técnico-operacional, verifica-se que as demandas relacionadas à execução de calçamentos possuem natureza contínua, variável e de difícil mensuração exata quanto à periodicidade e quantitativos, considerando as necessidades supervenientes dos municípios consorciados, bem como a disponibilidade orçamentária de cada ente participante. Dessa forma, a utilização do Sistema de Registro de Preços revela-se medida mais eficiente, econômica e vantajosa à Administração Pública, permitindo contratações futuras, parceladas e conforme a efetiva necessidade administrativa, evitando-se contratações desnecessárias e garantindo maior racionalização dos recursos públicos.

Ademais, a adoção do Registro de Preços proporciona significativa padronização técnica dos serviços, ganho de escala, celeridade nas futuras contratações decorrentes da ata registrada e redução de custos administrativos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

No tocante à modalidade licitatória adotada, o Pregão mostra-se juridicamente adequado, nos termos do artigo 6º, inciso XLI, e artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os serviços objeto da contratação possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, permitindo julgamento objetivo das propostas.

Ressalta-se ainda que, embora se trate de serviços de engenharia, a natureza dos serviços pretendidos enquadra-se como serviços comuns de engenharia, nos termos do artigo 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo admissível, portanto, a utilização da modalidade Pregão, conforme entendimento consolidado da jurisprudência dos Tribunais de Contas e da legislação vigente.

A utilização do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo nos artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em razão da conveniência administrativa decorrente da possibilidade de contratações futuras e sucessivas, conforme a necessidade dos municípios consorciados, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

Importante destacar que os quantitativos constantes do Termo de Referência possuem caráter meramente estimativo, não gerando ao Consórcio AMESP obrigação de contratação mínima ou integral, constituindo-se a futura contratação mera expectativa de direito ao fornecedor registrado, nos termos da legislação aplicável.

Por fim, a presente contratação observa os princípios constitucionais e administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, competitividade, planejamento e interesse público, objetivando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com ampla competitividade entre os licitantes e adequada prestação dos serviços aos municípios consorciados.

Diante do exposto, resta devidamente justificada a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, pelo Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual

contratação de empresa especializada para execução de calçamentos e serviços correlatos.

### 3. DA FORMA, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
01	01	Serviço	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CALÇAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS QUE O COMPÕEM, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

Natureza do Objeto:

☐ Consumo    ☐ Permanente    ☐ Serviços    ☒ Obras e/ou Serviços de Engenharia

Regime de Execução:

☐ Parcela única    ☐ Semanal    ☐ Quinzenal    ☐ Mensal    ☒ Sob demanda

☐ Outro: \_\_\_\_\_

### 4. EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

Exigência de amostras ou protótipos:

☐ Sim    ☒ Não

Habilitação técnica específica:

☐ Sim    ☒ Não

(A ser detalhada no Termo de Referência, se necessário)

Responsabilidades específicas da contratada:

☐ Sim    ☒ Não

(A serem definidas no Termo de Referência)

Responsabilidades específicas da contratante:

☐ Sim    ☒ Não

(A serem definidas no Termo de Referência)

### 5. LOCAL DE EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

5.1. Os serviços serão executados no âmbito dos Municípios consorciados à AMESP, conforme demanda específica de cada ente participante.

5.2. A aceitação do objeto estará condicionada ao atendimento integral das especificações técnicas, normas aplicáveis e demais requisitos previstos no Termo de Referência e instrumentos contratuais.

---

## 6. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS

- ( ) Dispensado, nos termos da regulamentação aplicável.
- ( ) Devido à complexidade do objeto, será necessária a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e matriz de riscos.
- (X) Considerando a existência de estudos técnicos preliminares e gerenciamento de riscos relativos a contratação anterior de objeto similar, serão aproveitados o ETP e a matriz de riscos do **Processo PRC nº 07/2026**, desde que devidamente atualizados e compatibilizados com a presente demanda, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

---

## 7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da futura contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos participantes da Ata de Registro de Preços, observada a disponibilidade orçamentária e financeira de cada ente consorciado.

---

## 8. CRITÉRIOS PARA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação foi apurado com base em parâmetros oficiais de referência, notadamente as tabelas SETOP e SINAPI (referências JAN/2026 – MAR/2026), resultando no montante estimado de **R\$ 99.089.076,41 (noventa e nove milhões oitenta e nove mil setenta reais e quarenta e um centavos)**.

Parâmetro adotado:

- (X) Utilização de dados provenientes de tabela de referência formalmente reconhecida pela Administração Pública
- ( ) Painel de preços / PNCP
- ( ) Contratações similares
- ( ) Pesquisa direta com fornecedores
- ( ) Base nacional de notas fiscais eletrônicas

---

## 9. GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

( ) Baixa      ( ) Média      (X) Alta

Pouso Alegre/MG, aos 09 de junho de 2026.



**Moacir Franco**  
**Diretor Executivo**  
**AMESP**